
Vinte anos de um grupo de estudos do LABUR – crise e crítica do sistema fetichista produtor de mercadoria e da modernização retardatária brasileira¹

Carlos de Almeida Toledo²

Cássio Arruda Boechat³

Heinz Dieter Heidemann⁴

Resumo: *O presente artigo retoma pontos da trajetória do grupo de estudos de textos do Krisis/Exit!, situado no Laboratório de Geografia Urbana (LABUR) do Departamento de Geografia da FFLCH-USP. Nesta retomada sintética procura-se abordar aspectos do processo de modernização retardatário brasileiro a partir da crise e crítica do sistema produtor de mercadorias, da constituição contraditória do referido grupo dentro do ambiente acadêmico e das tensões dessa inserção. Busca-se, dessa maneira, delinear momentos da recepção das obras de autores como Robert Kurz, Roswitha Scholz, entre outros, e da divulgação dessas mesmas obras, passando-se paulatinamente a uma postura diferenciada que levaria a estudos particularizados de processos de modernização. Ressalta-se, sobretudo, a importância da vivência cotidiana dos participantes do grupo nos momentos de construção coletiva de uma posição crítica da sociabilidade pautada pelo valor e pela cisão.*

Twenty years of a group of studies at LABUR – crisis and critique of the fetishist system of commodity production and of the Brazilian late modernization

Abstract: *This paper aims at reminding some points of the history of a group of studies on Krisis/Exit! texts. Such group has been established at the Urban Geography Laboratory (LABUR), at the Geography Department of FFLCH-USP, for twenty years. In such brief resume we sought to focus aspects of the brazilian modernization process and the critique of the fetishist system of commodity production, the contradictory constitution of the group inside the academic environment and the tensions of this insertion. Thus, we tried to outline moments of the reception of works from authors such as Robert Kurz, Roswitha Scholz, among others, and the publicizing of these works, gradually moving to a different approach to such theories, what would lead us to particularized studies of modernization processes. We emphasize throughout the text the daily living of the members of the group, specially in their moments of collective building of a critical position towards the sociability based on value and dissociation.*

¹Este texto, apesar de ser de responsabilidade dos seus autores, embasou-se, entre outros, no texto coletivo realizado por diversos membros do grupo, "O Grupo de estudos de crítica ao valor-cisão, o assim chamado 'Grupo de Sexta'", debatido e apresentado no Espaço de Socialização de Coletivos, no Encontro Nacional de Geógrafos, realizado na UFMG, em Belo Horizonte, em julho de 2012.

² Graduação em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo, mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo e doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo. Professor do Instituto de Geociências da Unicamp. E-mail: carlosdealmeidatoledo@gmail.com

³ Graduação em Letras pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, mestrado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e doutorando em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. E-mail: cassio.boechat@gmail.com

⁴ Graduação em Geographie, Germanistik - Philipps-Universität, Marburg e doutorado em Geografia - Philipps-Universität, Marburg. Professor da Universidade de São Paulo. E-mail: heideman@usp.br

INTRODUÇÃO

Está por ser feita uma memória escrita do Laboratório de Geografia Urbana do DG - FFLCH - USP (LABUR). O LABUR, que conhecemos nos anos 1990, tem sido para nós, acima de tudo, um lugar de encontro. Nestes encontros se fala das contradições da vida cotidiana realizando-se também nos fragmentos desta universidade, desta metrópole, de suas periferias. Aprendemos nos debates tensos do LABUR a ir ao campo, a observar a vida cotidiana, sem esquecer que o espaço produzido é pressuposto e resultado desta vida cotidiana da (e na) metrópole. Estudamos as relações entre a produção destas metrópoles em conexão com o processo de formação territorial do Estado nacional brasileiro, as migrações como mobilidade do trabalho e mobilização do trabalho, a expropriação de modos de vida como pressupostos de uma vida cotidiana percebida como natural.

Tivemos a oportunidade de encontrar muitos pesquisadores que passavam por São Paulo e se dispunham a debater conosco ao redor das mesas do LABUR, é verdade, que as mesas ficavam muitas vezes pequenas para a quantidade de estudantes dispostos a participar dos debates. À memória do LABUR de seus debates que tantas vezes desestruturaram nossas certezas mais íntimas, às animadas conversas da *Bola na Sexta*, pretendemos dar uma contribuição modesta: relatar a experiência de um grupo de estudos que beira os vinte anos, vinte anos de polêmica.

O presente texto, dessa maneira, procurará perpassar certos momentos do grupo, mostrando o seu engajamento em atividades para além dos encontros semanais, do mesmo modo como procurará delinear a perspectiva crítica ali construída, tomando por base os textos debatidos e apontando a relação de tudo isso com pesquisas individuais, que foram e estão sendo conduzidas por seus participantes.

Para se compreender a inserção do Grupo de Estudos de *Crítica ao valor-cisão* numa estrutura acadêmica e pensar no que ele representa e como ali se articula, talvez seja importante partir da explicação de como o próprio Departamento de Geografia da FFLCH/USP, a que este grupo de algum modo se vincula, está organizado. Nisso, uma estruturação em torno de laboratórios, com os seus professores organizando grupos de estudos em torno dos temas, teorias e autores que estudam, talvez dê conta dessa breve contextualização. Esses grupos, porém, não estão necessariamente institucionalizados e o ambiente de estudos tende a ser privilegiado, instituindo-se como uma das suas formas a de possibilitar o estudo em conjunto.

A partir daí podemos começar a caracterizar a maneira como o grupo em questão funciona. Há vinte anos, nas manhãs de sexta-feira, uma das salas do Laboratório de Geografia Urbana, o Labur, tem abrigado os interessados em ler os textos e debater as idéias dos autores do grupo Krisis, depois também do grupo Exit! (fruto da separação daquela coletividade). A leitura conjunta, assim, constitui uma das marcas da atividade, compreendendo nela um ritmo de abordagem dos referidos textos bastante paciente e minucioso. No entanto, essa maneira constituída não deve ser entendida como estando presente desde o início, mas como algo que foi se formando no processo.

Antes de apresentar esta memória devemos lembrar que é conhecida a tradição de grupos de estudos na FFLCH, e no caso do LABUR, em nossa perspectiva, os grupos parecem ser característica diferenciadora. O impacto dos grupos de estudo das obras de Karl Marx e de Henri Lefebvre, organizados pelo professor José de Souza Martins são de menção obrigatória não só pelos intelectuais que formou, mas também pela importância dos grupos atuais de ambos os autores, que seguem participando dos debates do LABUR de forma instigante. Não se pode deixar de observar que o LABUR, guarda relações históricas com os laboratórios de estudos de geografia humana e econômica. Neste sentido, o grupo cuja memória apresentamos abaixo não é senão um destes grupos. Nossa expectativa com este escrito é registrar a experiência, inerente a estes grupos, de aprendizado coletivo e crítico ao conhecimento instrumentalizado, não sendo simplesmente polêmico, mas aprendendo na e da polêmica.

O Grupo de Estudos

Este relato sustenta uma visão de seu objeto, o grupo, sem poder se separar metodologicamente dele. Relatamos nossa história, mas o fim desta história é provisório, de maneira que o relato não é uma nota de encerramento de atividades. De qualquer forma, vale a pena dizer em que polêmica nos encontramos nesta efeméride que são os seus vinte anos. Esta polêmica é resultado da relação contraditória que este grupo estabeleceu com a produção de seus membros, esta relação pode ser decomposta em três momentos de nossas polêmicas: estudando o *Colapso da modernização* de Robert Kurz, divulgando o *Manifesto contra o trabalho* do grupo Krisis, e entendendo a modernização como *totalidade concreta, dialética negativa do valor-cisão*.

Estes três momentos podem ser problematizados se voltarmos nossos olhos para os textos produzidos pelos participantes do grupo em suas trajetórias acadêmicas. A defesa enfática das teses de Kurz foi uma constante nas reuniões de estudo. No entanto, o grupo jamais se afirmou, enquanto coletividade, pelos textos de seus participantes. Se é possível perceber o que esteve presente em nossos debates pelas temáticas de nossos textos, é interessante notar que o grupo só escreveu um único texto coletivo, um texto bastante recente e que pretendeu criticar a forma como Kurz apresenta a modernização brasileira. Uma crítica que guarda uma relação com o campo da *geografia*, feita desde um estudo de fragmentos escalares do processo de imposição da relação capital, seja este fragmento o território nacional, regional, estadual, metropolitano ou urbano. Este aspecto da não produção de textos não significa a ausência de prática, a prática esteve inicialmente mais próxima da tradução e da divulgação.

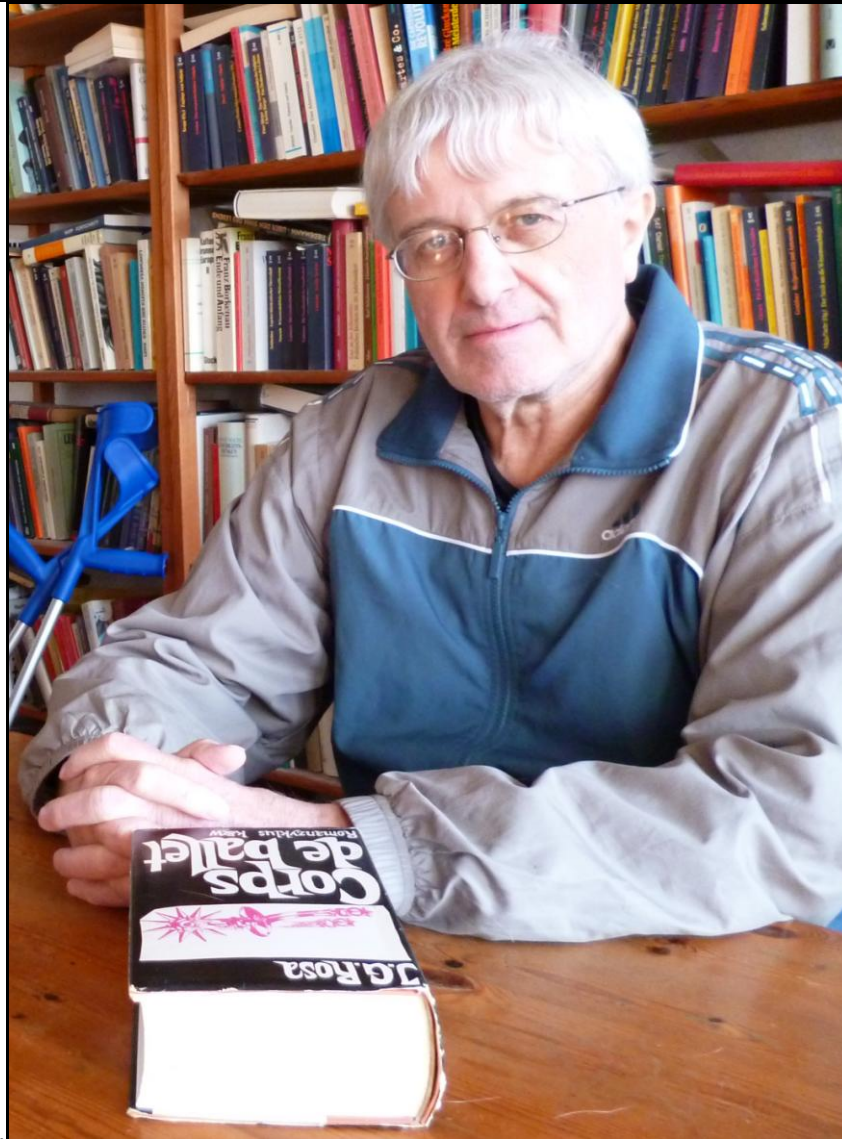


Foto: Robert Kurz (*in memoriam*), janeiro de 2012.

As primeiras polêmicas: estudando o Colapso da modernização

O surgimento do grupo de estudos guarda relação com uma polêmica produzida em uma escala mais elevada. As mídias que veicularam esta polêmica foram o jornal Folha de S. Paulo e a Revista do CEBRAP. A escala talvez possa ser considerada nacional, correndo os riscos do imperialismo cultural paulista ao considerar tais mídias como centro da produção do conhecimento nacional. De todo modo, uma polêmica entre autores consagrados, ao menos na perspectiva do fragmento de território onde estávamos situados.

A maneira como o desenvolvimento do capitalismo tem sido tratado tem em geral como pressuposto a ideia de crise cíclica. Os estudos que temos realizado sugerem uma interpretação diferente para a situação crítica do capitalismo atual. As noções de colapso da modernização e de capital fictício expressam uma situação social que não pode ser revertida. O trabalho como mediação social não pode mais articular as relações sociais fetichistas: o padrão-ouro não pode ser re-criado, a social-democracia não pode ser compreendida sem seu breve contexto de expansão do capital fictício, o Estado não pode agir de maneira autônoma frente ao dinheiro, a relação entre o dinheiro e o trabalho perdeu a capacidade de modernizar a vida social. Trata-se, portanto, de uma crise de outra qualidade.

Temos estudado, assim, este novo momento de reprodução social sem supor necessariamente a possibilidade de retomada de qualquer ciclo de modernização. Desta perspectiva, a recorrência de crises e o agravamento das condições de vida deixam de ser tomados como apenas fruto da exploração do capital, mas antes como desdobramentos fetichistas de uma reprodução absurda e automática.

A polêmica acima referida foi iniciada em artigo publicado pela primeira vez na Folha de S. Paulo, em 17 de maio de 1992. O professor Roberto Schwarz comentava o audacioso argumento de *O colapso da modernização*. No artigo, que viria a ser o prefácio da edição brasileira do livro de Robert Kurz, Schwarz chamava a atenção para as conexões entre a história do socialismo real e as políticas modernizadoras do chamado Terceiro Mundo, como argumento do livro. O colapso da modernização, no entanto, talvez também como para o Kurz da época, parecia iminente causador de conseqüências estritamente catastróficas. Escrevendo em maio de 1992, portanto em meio ao ato final do governo Collor, era de se esperar que os fenômenos das “sociedades pós-catastróficas”, onde o desmoronamento dá a tônica” fossem ressaltados. Daí Schwarz concordar que “a situação de vários países da América Latina hoje se pode caracterizar como de ‘desindustrialização endividada’, com populações compostas de não-pessoas sociais, ou seja, de sujeitos monetários desprovidos de dinheiro”. Por outro lado, do ponto de vista das interpretações sobre esse plano aparentemente mais fenomênico, Schwarz reiterava, neste prefácio e em textos posteriores sobre o mesmo livro, que ainda não se extinguíam as ilusões sobre esse sistema e sobre as possibilidades ainda abertas para o Brasil dentro dele, indicando um consenso modernizador (ainda que expresso de maneiras diversas). A recepção do livro no Brasil foi, de maneira

geral, muito negativa em seus meios intelectuais, ainda que o interesse pela interpretação ali presente tenha sido importante.

A constituição do grupo de estudos se deu paralelamente a esta questão. No ano de 1993, Elmar Altvater, professor da Universidade Livre de Berlim, que já havia participado em debates no LABUR em outras ocasiões, realizou uma discussão com Robert Kurz no laboratório. O debate provocou o interesse dos estudantes em aprofundar o estudo do livro, o que levou a uma primeira leitura do *Colapso* no LABUR.

Neste primeiro momento fazíamos reuniões bastante polêmicas, ainda estávamos ligados a projetos políticos socialistas, embora não houvesse qualquer militância partidária no grupo neste ponto de partida. Assim, a caracterização feita por Kurz do socialismo real como uma “economia de caserna”, ou uma “sociedade de acumulação primitiva” tornavam nossos encontros bastante tensos. Ao mesmo tempo começávamos a lidar com as dificuldades da dialética negativa do autor. Sua forma de apresentar o conceito de fetichismo da mercadoria era marcada por uma suspeita reiterada sobre o conhecimento (e autoconhecimento) do sujeito histórico. Esta crítica do pensamento ancorado ontologicamente, faz com que se suspeite daquilo que parece ser o *em-si* do sujeito, ou seja, desta perspectiva o sujeito ontológico seria uma projeção idealizada da forma atual, histórica e geograficamente determinada, da relação capital.

É assim que Kurz investe contra a ontologia do trabalho e sua relação com os inegáveis ganhos de direito dos trabalhadores no pós-segunda guerra mundial. O desdobramento do argumento coloca nossas utopias sob a suspeita de serem projeções idealizadas de nossa vivência cotidiana negativa. Em consequência a teoria se desloca e deixa de servir como guia da transformação social. Na prática, este discurso teórico não oferece, nem reconhece, nenhuma prática como “*A Prática*” que supera o capitalismo. Neste primeiro momento, estávamos formulando este problema. As leituras que mobilizávamos eram, além de *O colapso da modernização e O capital, A falta de autonomia do Estado e os limites da política* (Kurz, R. 1994), *A honra perdida do trabalho* (Kurz, R. 1991), *A Terceira força* (Kurz, R. 1993) e *Antieconomia e antipolítica* (Kurz, R. 1997).

Em 1995, o Prof. Heinz Dieter Heidemann esteve no seminário anual da revista *Krisis*, procurando uma aproximação com outros autores do grupo. Em 1996, o professor Dieter voltou ao seminário da revista, apresentando uma palestra sobre mobilidade do trabalho e migrações no Brasil. Também em 1996, foi feito no Encontro da AGB, em Recife, uma seção

de comunicações coordenadas dedicadas aos primeiros estudos de *O colapso da modernização*.

Em 1997, foi escrita, sob a inspiração dos polêmicos encontros do grupo de estudos, a monografia de fim de curso na FEA-USP, *Robert Kurz: a crítica do fetiche e a crise da modernização*, de Carlos de Almeida Toledo, escrita sob orientação da professora Leda Paulani. A monografia estudava o livro de Kurz e a repercussão brasileira, uma vez que *O colapso da modernização* mereceu críticas não muito simpáticas de José Arthur Giannotti, Luiz Bresser Pereira, Francisco de Oliveira, menos desfavoráveis de Ricardo Antunes e Fernando Haddad, além dos textos mais favoráveis de Roberto Schwarz, já comentadas acima.

Ainda em 1997, o grupo realizou uma viagem para a Alemanha, frequentando o encontro nacional alemão de geografia em Colônia, Instituto de Estudos Latino-americanos da Universidade de Berlim. Visitou o Instituto de Crítica Social do grupo Krisis, em Nuremberg, seguindo dali para o seminário do grupo Krisis em Hamburgo. No ano seguinte, Carlos de Almeida Toledo participou do seminário Krisis, tendo feito um estágio com o grupo em Nuremberg, acompanhando as suas atividades por duas semanas.

No primeiro semestre de 1999, o grupo participou decisivamente da organização do Simpósio Internacional da UGI, **Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais** (19 a 25 de abril de 1999). Neste simpósio, o grupo procurou debater a perspectiva da crítica radical, que implicava a desontologização do conceito de trabalho, que só poderia ser feita buscando o processo histórico de formação da mercadoria, como forma de mediação social da totalidade capitalista. Esta perspectiva possibilitava que retomássemos os problemas teóricos discutidos por Jean-Paul de Gaudemar e que organizavam nossas reflexões de pesquisa, buscando aprofundar a questão da mobilização do trabalho. Gaudemar propunha uma ampliação do espectro de classes que se opunham criticamente ao capital. O grupo pretendia, com a desontologização do trabalho, eliminar a perspectiva positiva resultante desta ampliação do sujeito revolucionário, problematizando o próprio trabalho como fetiche.

A tradução e o lançamento do Manifesto contra o trabalho

Em 1999, traduzimos e editamos no LABUR o *Manifesto contra o trabalho*. Para lançar o texto organizamos uma Jornada Científica entre os dias 23 de junho e 12 de agosto para discussões sobre o *Manifesto contra o trabalho*, do grupo Krisis. Dos debates do manifesto, participaram Paul Singer, Roberto Schwarz, Paulo Arantes e Amélia Luísa Damiani. A seguir realizamos um trabalho de campo para Minas Gerais e para o interior de São Paulo, com sete membros do grupo da Alemanha.

Em decorrência do lançamento do *Manifesto*, participamos, sempre coletivamente, como grupo, de diversos debates. Tivemos um encontro com os alunos da Geografia da UFMG em Belo Horizonte. Estivemos também na mesa *As abordagens geográficas diante das novas formas de organização do trabalho*, da X Semana de Geografia da PUC – SP. Em maio de 2000, fomos convidados para o Seminário, realizado pela UFSC, em Florianópolis, *A vida e a morte do trabalho*, em que apresentamos o *Manifesto* no primeiro dia e realizamos um debate com Ricardo Antunes no segundo dia. Paralelamente demos continuidade à tradução de textos, como por exemplo “Com todo o vapor ao colapso”, de Robert Kurz, de 2004.

O aprofundamento da crítica ao trabalho nos permitia discutir questões bastante amplas como o processo de formação do trabalho como prática estruturante da modernização, ou a relação contraditória do trabalho com o capital, da qual resulta a situação contemporânea, ou o trabalho como forma de dominação social inconsciente de sua historicidade. A polêmica da crítica do trabalho havia dado certa visibilidade ao grupo e permitia que nos colocássemos como uma das posições em debate nas geografia e mesmo nas ciências humanas.

Além disso, tivemos a oportunidade de debater com outros leitores de Robert Kurz no Brasil, como o grupo da Crítica Radical de Fortaleza, Ceará. Em 2002 estivemos em Fortaleza, para participar do *Seminário Internacional de Teoria crítica radical, a superação do Capitalismo e a emancipação Humana*, com participação de Robert Kurz, Anselm Jappe e Moishe Postone. Realizamos também em 2002 um mini- curso de 40 horas para o Encontro da AGB de João Pessoa. Desse modo, em vários momentos pudemos realizar seminários e viagens de pesquisa com a presença de Robert Kurz, Roswitha Scholz, Norbert Trenkle, Ernst Lohoff, Anselm Jappe e Moishe Postone.

O momento atual: o estudo da totalidade concreta como dialética negativa do valor-cisão

Talvez seja possível situar em torno de 2004 uma espécie de esgotamento dos debates em torno do *Manifesto contra o trabalho*. A participação em tantos debates nos ensinara a importância de interpretar as situações com maior cuidado e buscar vê-las como formas de manifestação da crise do trabalho e de negação da existência de qualquer crise no trabalho. Nos debates, nossos interlocutores nos exigiam voltar nossas atenções para situações particulares e o grupo de estudos passa a formar outros grupos de estudos e a se preocupar com explicações das situações particulares.

A crítica à socialização pautada pela abstração real das particularidades dos processos de produção, de seus produtos e das relações sociais – abstraídas para a troca social de mercadorias, na reiterada relação de *valor*, desdobrada na forma dinheiro não poderia, contudo, voltar-se apenas ao exterior. Isto é, nunca se tratou apenas de tomar partido entre esta ou aquela perspectiva de atuação política. Assim, junto à crítica do capital e de sua valorização, o aprofundamento das leituras e debates tendeu a conduzir a *autocríticas*, no sentido de evidenciar a nossa participação em processos diversos de *abstração* das qualidades particulares e sensíveis das relações em que estamos todos inseridos. Da crítica à dominação passávamos, pois, a encontrar em nós mesmos mecanismos escondidos de dominação, ao mesmo tempo em que nos criticávamos como sujeitos sujeitados, nos termos de Michel Foucault, retomados por Robert Kurz em “A dominação sem sujeito”, de 1993.

Dessa maneira, o eixo interpretativo-crítico da teoria marxiana foi deslocado dos pressupostos da crítica da *luta de classes* para a crítica do *fetichismo da mercadoria*. O grupo Krisis, na Alemanha, viu-se em meio a uma querela, que impunha a contribuição da abordagem dos mecanismos de *cisão* à crítica ao valor. Paralelamente, assim, ao redirecionamento da profundidade da crítica, buscando abarcar os lados obscurecidos da forma-mercadoria, notadamente a posituação de uma “masculinidade” nas relações monetárias e de trabalho (Scholz, R., 1996), a leitura dessa abordagem possibilitou-nos uma guinada nos estudos do próprio grupo de estudos de *Crítica ao valor-cisão*.

Um dos desdobramentos dessas preocupações é o grupo de estudos sobre a formação do Brasil contemporâneo no Instituto de Estudos Brasileiros da USP (IEB). Nos anos de 2004 e 2005, estudamos o problema da formação nacional pela perspectiva da crítica à

interpretação do processo de modernização como evolução natural da humanidade, conforme sugerida por Kurz. Ao mesmo tempo foi possível retomar as leituras de *O colapso da modernização*, tanto permitindo uma primeira leitura em grupo do livro para novos participantes, quanto buscando perceber o tratamento das particularidades no texto.

Assim, voltávamos ao livro pensando na dificuldade de contemplar as particularidades com que tínhamos de lidar em nossas pesquisas acadêmicas. O aspecto mais curioso desta volta ao livro de Kurz, foi o fato dela se dar em um momento de interpretação difícil. Por um lado, a tese do *Colapso* aparecia claramente desde o momento em que a crise mundial começou a tornar os discursos neoliberais insustentáveis. Por outro lado, o Brasil não parecia ser decisivamente afetado pela crise, a mudança da hegemonia política nacional iniciada no governo Lula forneceu argumentos para um ressurgimento do keynesianismo e para a afirmação do Estado nacional. Sobre esta manifestação contraditória do processo de modernização construímos em grupo um texto, que discutia a particularidade colonial da formação do Estado nacional brasileiro e sua modernização posterior.

Esta retomada do processo de formação territorial de um Estado nacional cuja origem foi caracterizada pelo sentido extravertido da colonização (Caio Prado Jr.), permitia que a associação entre a atualidade do sucesso das *commodities* financeirizadas fosse retomada em relação às teses dualistas e dependentistas que apresentavam a herança colonial ligada às produções de bens primários. Tratava-se de criticar a aparência do sucesso atual do Brasil, novamente tomado como “país do futuro”. Esta aparência poderia ser apresentada como a prova de que tinham razão aqueles que consideravam o argumento do livro *O colapso da modernização* (Kurz, 1992) como mero equívoco.

O argumento a ser contraposto considerava que as consequências da crise das dívidas dos anos 1980, a inflação estrutural que persistira até 1992, seguido da abertura econômica e a consequente “desindustrialização” dramaticamente vivida, pareceriam superadas com o “milagre” do Plano Real. Mas este se mostraria ainda cria do Consenso de Washington e do neoliberalismo assumido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), fundado nas possibilidades de crescimento da dívida externa que logo viriam a se tornar críticas, ainda mais se comparadas às posteriores possibilidades de expansão da dívida interna.

Contraposto a certo “modelo” aparentemente mais “estatista” do governo Lula (2003-2010), alguns daqueles fenômenos próprios da catástrofe do colapso da modernização parecem agora superados. Ao final de 8 anos de um governo de “esquerda”, com a perspectiva futura

de outros sopros de modernização retardatária com a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, além das descobertas de reservas gigantescas de petróleo em camadas ainda inatingidas da costa brasileira (Pré-Sal), a euforia (de certo modo expressa nos resultados eleitorais) parece indicar a superação de outros aspectos daqueles fenômenos da catástrofe. Não se cansa, dessa maneira, de propagandear a saída de 30 milhões de brasileiros da miséria e apontar as classes mais baixas (C e D) como as mais beneficiadas pelo aumento da renda, provocada pelos programas assistenciais, como o Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida, e outras formas de crédito e microcrédito que passaram a permitir obtenção de renda pelos então “sujeitos monetários sem dinheiro”. Enfim, a ativação da dívida pública interna *parece* estar propiciando uma efetiva “modernização retardatária”, viabilizando o consumo e a reprodução de parte das massas desarraigadas e desempregadas.

Da parte das interpretações gerais, enquanto o clientelismo, a corrupção, a miséria, o protecionismo pareciam obra da reposição do atraso nacional, as políticas modernizadoras, ao longo do século XX, visaram melhorar a “posição diferencial” do país dentro da divisão internacional do trabalho e “atualizar” internamente as regiões atrasadas com as mais desenvolvidas.

Para criticar a atual aparente superação do colapso, é necessário retomar parte dessas interpretações e dessas políticas, de modo a problematizar as formas de existência do Estado no processo de modernização brasileiro e o nexos estabelecido por essas mesmas formas com um “processo nacional de acumulação primitiva” que, se existiu, deve ter seu sentido e seus limites avaliados. Além disso, seria necessário retomar o problema dos fragmentos escalares do território do capital, a um só tempo mundial, do Estado nacional, regional, agrário e urbano, sem deixar de contemplar a escala da vida cotidiana.

Numa discussão sobre a possibilidade de modernização retardatária no contexto de colapso, uma vez que, se persiste o desarraigamento das massas, o sentido desse processo não coincide mais com a dinâmica de acumulação, que se mostra cada vez mais fictícia. Ou seja, o simulacro de desenvolvimento do país, ora em curso, pode e deve ser interpretado como gestão da crise do Estado nacional brasileiro. Afinal de contas, por que parece ser apenas a periferia, em seu ciclo estatista, capaz de representar o colapso da modernização como crescimento?

Repensando os momentos da modernização no fragmento territorial sob jurisdição do Estado nacional brasileiro – em busca das particularidades

Todo o esforço do grupo de estudos em interpretar as particularidades da modernização brasileira, que levaram a formação de grupos paralelos, como o grupo do IEB voltado para autores brasileiros, e os grupos de crítica da Economia Política e de pensadores da Geografia, permitiam, já neste momento realizar um debate que levasse em conta as escalas nacional e regional.

Assim, o grupo passou a tratar a questão da articulação entre a autonomização entre terra, trabalho e capital em conexão com a modernização retardatária, uma vez que ela permite apontar para a necessidade de incluir as particularidades obscurecidas pela reificação como parte da crítica, além de permitir apontar para uma crítica à tipologia da acumulação primitiva proposta por Robert Kurz, no *O colapso da modernização*.

Da maneira como sugere Kurz, após fazer analogia entre o Estado revolucionário francês, questionador do Antigo Regime, e o Estado revolucionário soviético, uma tipologia de formas de Estado aparece: Estado absolutista, Estado liberal, Estado socialista, Estado keynesiano. Adiante, Kurz apresenta uma outra tipologia, de acumulações primitivas. As formas de Estado e os referidos processos de modernização são relacionados uns aos outros. A rigor, entretanto, poder-se-ia fixar a existência de *apenas uma* assim chamada acumulação primitiva, aquela que institui, nos termos de Maria Sylvia de Carvalho Franco (1984), o trabalhador assalariado como categoria social, ou, nos de Gaudemar (1977), aquela que extrai e mobiliza o trabalho para o trabalho industrial primeiramente. Estabelecido o marco da Revolução Industrial inglesa e, frente à dificuldade teórica de abordar processos particulares, a partir do padrão de valorização assentado então na exploração do trabalho *assalariado e livre*, persistimos em estudos paralelos ao grupo, procurando compreender a continuação da escravidão no século XIX e sua dissolução. As análises de contextos particulares de *modernização retardatária*, nos termos de Kurz, a buscar aquele padrão ou a lidar com o “atraso” com relação a ele, conduziu em algumas de nossas pesquisas individuais a repensar o conceito de *região*, a partir do referencial de Francisco de Oliveira (2008), comentado por Seabra e Goldenstein (publicado no primeiro número da Revista do Departamento de Geografia, em 1982), criticando-o conforme aquele deslocamento da

crítica em direção à forma-valor, em realidades pautadas pela ausência de uma *superpopulação relativa* ou pautadas por políticas modernizadoras do Estado.

Depois de instituído o padrão de reprodução das relações sociais de produção do capitalismo industrial inglês, conforme aponta Kurz, os demais processos de industrialização poderiam ser interpretados como *modernizações retardatárias*. Essas modernizações, embasadas no século XIX no colonialismo então vigente, conseguindo estabelecer um padrão de produtividade semelhante ao almejado inglês teriam formado um rol de economias nacionais centrais. Por sua vez, o impulso dado pelo Estado soviético teria também estabelecido uma análoga modernização retardatária. Por fim, a “acumulação primitiva” tardia guardada aos países do dito Terceiro Mundo, após a Segunda Guerra Mundial, tomando como referência um patamar de produtividade inatingível, sobretudo depois da chamada Terceira Revolução Industrial, acarretaria um processo de desarraigamento das massas, que não foi, de maneira geral, seguido pela incorporação das mesmas ao moderno sistema de produção de mercadorias, ou seja, de mobilização com cada vez mais dificuldade de vender a força de trabalho.

Exposto em síntese dessa maneira, o argumento modelar dos tipos de formação nacional e de processo de modernização parece abarcar a totalidade das particularidades. No entanto, questionar, a partir do conceito de autonomização do capital, a inserção do caso brasileiro nos referidos modelos tem sido feito em nossas discussões e pesquisas.

CONCLUSÃO

Esses estudos e debates e as pesquisas decorrentes, assim, estiveram articulados aos estudos e debates das manhãs de sexta-feira no Labor. A retomada do texto-base de *O colapso da modernização*, realizada de tempos em tempos, depois separada em um grupo paralelo, no mesmo Labor às segundas, passou a dar espaço às leituras de obras mais aprofundadas de Robert Kurz, em torno da relação entre Estado e Capital, entre teoria e prática e da financeirização do capital e da autonomização do capital fictício.

Os muitos integrantes que passaram pelo Grupo de estudos de *crítica ao valor-cisão* não de se recordar de seus debates intensos, mas não poderão também se esquecer que o grupo nunca deixou de criticar todos os aspectos da sociabilidade pautada pela violência da abstração. Com isso, o grupo segue criticando e se criticando, em meio à crise das relações

sociais pautadas pelo trabalho. Crise esta que não significa o fim daquela violência e, por isso, não pode deixar de ser criticada.

O objetivo mais direto do Grupo de Estudos sempre foi ler os textos dos autores do Krisis/Exit, especialmente os de Robert Kurz e Roswitha Scholz. Como os integrantes do grupo se envolvem em diversas outras atividades de estudos, pesquisa e militância, o debate dessas outras participações foi constantemente articulado às leituras. Foi recorrente a preocupação de manter contato e participar de encontros com os grupos da Alemanha, algo que se repete mesmo neste ano de 2012 com a ida de Fábio Teixeira Pitta e Felipe Catalani ao seminário anual do Exit. O objetivo maior do grupo, assim, pode ser resumido como sendo o de realizar uma crítica à forma mercadoria e a seus desdobramentos (dinheiro, mais-valia, “acumulação” fictícia, etc.) e, portanto, ao trabalho abstrato, como forma de socialização moderna em que todos estamos inseridos.

BIBLIOGRAFIA

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. “Organização social do trabalho no período colonial”. In: Barros de Castro, Antonio *et alli*; Pinheiro, Paulo Sérgio (coord.). *Trabalho escravo, economia e sociedade*. São Paulo, Paz e Terra, 1984.

GAUDEMAR, Jean-Paul de. *Mobilidade do trabalho e acumulação do capital*. Lisboa, Estampa, 1977.

GOLDENSTEIN, Lea e SEABRA, Manoel. “Divisão territorial do trabalho e nova regionalização”. In: *Revista do Departamento de Geografia*, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

Grupo Krisis. *Manifesto contra o trabalho*. São Paulo: Cadernos do LABUR, 1999.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *Com todo vapor ao colapso*. Editora UFJF – Pazulin, Juiz de Fora, 2004.

_____. “Antieconomia e antipolítica”. In: *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, 1997. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009.

_____. “A falta de autonomia do Estado e os limites da política”. In: *Os últimos combates*. 5a.ed. Vozes, Petrópolis, 1997.

_____. “A honra perdida do trabalho”. In: *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, 1991. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009.

_____. “A substancia do Capital: o trabalho abstracto como metafísica real social e o limite interno absoluto da volarização”. In: *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009.

_____. “A terceira força”. In: *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*, 1993. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 20 abr. 2009.

_____. “A dominação sem sujeito”. In: *Razão sangrenta - Vinte teses contra o Iluminista e os 'valores ocidentais'*. Hedra, São Paulo, 2010.

MARX, Karl. *O Capital – crítica da economia política*. Nova Cultural, São Paulo, 1984.

NOVAIS, Fernando A. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. 8ª. ed. Editora Hucitec, São Paulo, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Boitempo, São Paulo, 2008.

_____. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. Boitempo, São Paulo, 2003

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1955.

SCHOLZ, Roswitha. “O valor é o homem. Teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos”. In: *Revista NOVOS ESTUDOS – CEBRAP*, nº. 45, p. 15-36, São Paulo, 1996.

_____. “Forma social e Totalidade Concreta. Na urgência de um realismo dialético hoje.” In: *Revista EXIT! Crise e Crítica da Sociedade da Mercadoria*. Disponível em www.obeco.planetaclix.pt. Acesso em 10 março 2011.

TOLEDO, Carlos de Almeida. *Robert Kurz: a crítica do fetiche e a crise da modernização*.

Monografia de Fim de Curso da Faculdade de Economia e Administração, USP, 1997.